



## Congresso mantém 5 vetos em sessão concluída na madrugada

Jonas Pereira/Agência Senado



Marcada por obstruções da oposição, sessão se estendeu até quase as 3h da manhã e foi encerrada por falta de quorum

Não houve quorum para prosseguir com a pauta, que incluía mais dois destaques a vetos presidenciais e projeto que destina crédito suplementar ao Fies

O Congresso concluiu na madrugada de hoje a votação de cinco dos sete vetos presidenciais que estavam na pauta. Os parlamentares analisaram destaques que haviam ficado pendentes com a suspensão da sessão na noite de terça-feira, mas, por falta de quorum, dois deles continuam sem exame. Também não foi votado o projeto que abre crédito para o Fies.

Um dos vetos mantidos impede o aumento da participação estrangeira no capital das empresas aéreas

nacionais. Os outros quatro atingiram projetos relacionados à remuneração de várias carreiras públicas.

A sessão foi marcada por obstruções da oposição e por pedidos de encerramento, diante da dificuldade de manter o número mínimo de deputados e senadores para as votações.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, criticou o uso da obstrução em análise de vetos. Ele também avaliou que a concessão de créditos para o Fies deveria ser feita por medida provisória. **3**

**Avança projeto que cobra acessibilidade em aeroportos **7****

**Privatizações do setor elétrico vão a Plenário **2****

**Fica para dia 19 análise da liberação de jogos de azar **4****

**Comissão vai discutir reforma da Previdência **7****

**Proposta estende validade de concurso público **8****

### Economista indica taxa extra para servidor inativo

As dívidas estaduais podem ser resolvidas com uma contribuição adicional a ser paga pelos servidores inativos, segundo o especialista em contas públicas Raul Velloso. Ele participou de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos. **4**

### Congresso vai avaliar rejeição de contas de Dilma

Parecer do Tribunal de Contas da União pela rejeição das contas do governo Dilma em 2015 foi entregue ontem. O relatório aponta dez irregularidades. É a segunda vez que o TCU condena as contas de Dilma. **3**

**Leia, encartado nesta edição, o Monitor Fiscal**

### Votação da reforma política será em 9 de novembro

A PEC da reforma política passou ontem pela quinta sessão de discussão em Plenário. O texto será votado em primeiro turno no dia 9 de novembro, anunciou o presidente do Senado, Renan Calheiros, após reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e líderes. Na reunião, foram definidos os pontos que irão à votação nas duas Casas. A reforma política será votada ainda neste ano, garantiu Renan. **5**



Renan e Maia, reunidos com parlamentares: reforma é prioridade no Congresso

Jane de Amorim/Agência Senado

### Debate mostra problemas da aviação regional

As principais aéreas brasileiras disseram ontem que a aviação regional sofre com exigências não adaptadas à realidade local, falta de infraestrutura, cobranças diferenciadas de ICMS e querosene caro. O debate na Comissão de Desenvolvimento Regional embasa relatório sobre a política de incentivo ao setor. **6**

### Avançam indicados para Conselho Nacional de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatinou e aprovou ontem os dois nomes indicados pelo Senado para integrar o Conselho Nacional de Justiça. As indicações dos advogados Henrique Ávila e Octavio Orzari serão submetidas ao Plenário. Ambos disseram que um dos principais problemas do Judiciário brasileiro é a lentidão. Para Orzari, que é servidor do Senado, é necessário estimular a solução extrajudicial de litígios. **8**



O senador José Maranhão conduz a sabatina, entre os advogados Orzari e Ávila

Edilson Rodrigues/Agência Senado

# Renan diz a prefeitos que municipalismo é prioridade

Presidente do Senado garantiu apoio às reivindicações dos dirigentes municipais, que pediram a aprovação de textos que desafogam finanças, como a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal

**MUNICIPALISMO EM PRIMEIRO** lugar. Foi o que garantiu o presidente do Senado, Renan Calheiros, aos representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM) com quem se reuniu ontem. Os prefeitos vieram em busca do apoio de Renan para o novo pacto federativo.

De acordo com a CNM, os municípios aguardam a votação de projetos que possam desafogar suas finanças. Entre eles, estão a proposta do Imposto Sobre Serviço (ISS), que garante aos municípios a desconcentração das receitas do ISS de cartões de crédito e débito, leasing e planos de saúde, hoje concentradas em alguns municípios do estado de São Paulo. Com as mudanças, o ISS dessas operações fica para os municípios garantindo uma redistribuição de cerca de

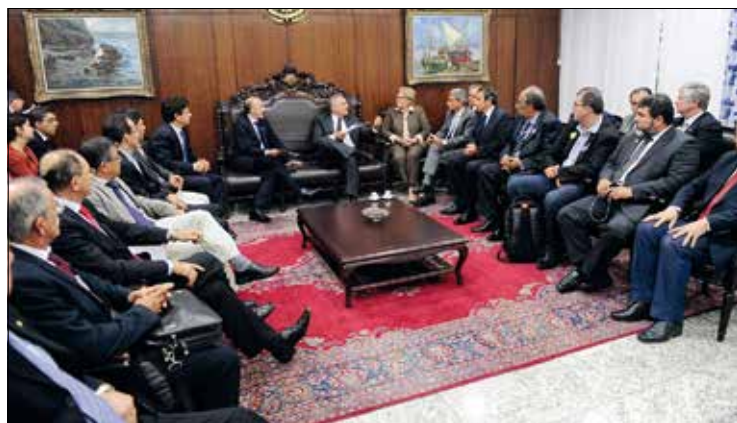
R\$ 2,87 bilhões ao ano.

Outra medida reivindicada pelos municípios é a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal para os gestores que descumpram os limites de endividamento e de despesas com pessoal nos exercícios financeiros de 2015 e 2016. Vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi explicou que as medidas são fundamentais e urgentes em virtude da atual

crise financeira que atinge as prefeituras, dificultando o fechamento das contas dos atuais gestores.

Renan assegurou apoio aos prefeitos e se comprometeu a conversar com o presidente da República, Michel Temer, para buscar a melhor forma de contemplar as reivindicações da confederação.

(Com Assessoria da Presidência do Senado)



Renan (ao centro, à dir.) disse que apoia os prefeitos e que falará com Temer

## ILB abre inscrições para cursos à distância com tutoria

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) está com a pré-inscrição aberta, até o dia 16 de outubro, para nove cursos à distância com tutoria. Os cursos ocorrerão entre os dias 24 deste mês e 2 de dezembro.

Os cursos são: Administração Pública Descritiva; Fundamentos de Ciência Econômica; Gestão do Conhecimento Legislativo; Licitação e Contratos Administrativos; Novo Acordo Ortográfico — Teoria e Prática; Orçamento Público Avançado; Organização de Gabinete Parlamentar; Redação e

Técnica Legislativa; e Técnicas em Didática para EaD.

Os cursos têm carga horária de 60 horas, são gratuitos e abertos, mas terão preferência os servidores do Legislativo nas três esferas (federal, estadual e municipal), bem como de órgãos conveniados ao ILB.

As inscrições estão disponíveis pelo link <http://saberes.senado.leg.br> ou pelo site [www.senado.leg.br/ead](http://www.senado.leg.br/ead), na plataforma Saberes, do ILB.

Para ter direito à prioridade como servidor do Legislativo e de órgãos conveniados, o

candidato deverá cadastrar o e-mail institucional no Saberes.

As confirmações de matrícula serão feitas no dia 19. Os alunos precisam se comprometer a acessar os cursos pelo menos três vezes por semana e a realizar as tarefas planejadas. Esse procedimento é necessário para que consigam obter aproveitamento satisfatório e, ao final, recebam o certificado de participação.

Informações podem ser solicitadas pelo e-mail [ilbead@senado.leg.br](mailto:ilbead@senado.leg.br) ou pelo telefone (61) 3303-1475.

## Fátima critica exclusão de escolas técnicas do Enem

Fátima Bezerra (PT-RN) anunciou ontem que apresentará requerimento à Comissão de Educação (CE) para ouvir o ministro da área, Mendonça Filho, para que seja esclarecida a exclusão das escolas técnicas federais do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A senadora lembrou que as escolas técnicas, que foram expandidas durante os governos do PT, sempre se destacaram.

— Será que isso tem a ver com a MP 746, que quer, de cima para baixo, através de um ato impositivo e restritivo, reformular o ensino médio?



Waldemir Borreto/Agência Senado

## País deve priorizar obras inacabadas, avalia Wellington

A situação da infraestrutura portuária do Brasil é preocupante em função da insegurança jurídica, que dificulta investimentos. A avaliação é de Wellington Fagundes (PR-MT).

O senador disse que a modernização da logística é essencial para o país crescer e que a indefinição dos custos para as mudanças resultou em 20 mil obras inacabadas.

— Obra inacabada representa desperdício — afirmou.

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ele espera que essas obras sejam concluídas antes da realização de novos projetos.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Transporte no DF precisa poluir menos, diz Hélio José

Hélio José (PMDB-DF) criticou ontem o transporte público do Distrito Federal. Segundo ele, o governador, Rodrigo Rollemberg, anunciou em maio um programa voltado para a modernização da infraestrutura de transporte público da capital do país até 2026.

O problema, para o senador, é que o programa privilegia o uso de ônibus a diesel, que emitem gases poluentes.

— Nas eleições municipais, um dos tópicos foi a regulamentação do Uber, quando deveria ter sido a busca por alternativas não poluentes para o transporte de massa.



Ana Volpe/Agência Senado



Waldemir Borreto/Agência Senado

Novo senador foi deputado e o vereador mais votado da história de São Luís

## Pinto Itamaraty toma posse no lugar de Roberto Rocha

Enquanto presidia a sessão, José Medeiros (PSD-MT) deu posse ontem a José Eleonildo Soares, primeiro suplente de Roberto Rocha (PSB-MA). O senador está licenciado desde 1º de outubro e permanecerá afastado até 26 de janeiro de 2017 para tratar de assuntos particulares. José Eleonildo, que utilizará o nome parlamentar de Pinto Itamaraty, assume o mandato a partir de hoje.

Pinto foi deputado federal pelo PSDB maranhense por dois mandatos e também vereador por duas vezes em São Luís. Em sua segunda eleição como vereador, ele

obteve o maior número de votos de toda a história do estado. Atualmente é vice-presidente do PSDB do Maranhão.

Maria do Carmo Alves (DEM-SE) também está licenciada desde o dia 1º de outubro para assumir a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social de Aracaju. O primeiro suplente, Ricardo Franco (DEM-SE), tem até o fim do mês para reassumir o mandato. Maria do Carmo já havia se licenciado em novembro de 2015, mas retornou ao Senado para a votação do impeachment de Dilma Rousseff.

## Avança medida provisória sobre privatizações no setor elétrico

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória (MP) que facilita concessões e privatizações no setor elétrico aprovou ontem relatório do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) favorável à iniciativa. O texto segue para o Plenário da Câmara dos Deputados e depois para o do Senado, onde deve ser votado até 20 de outubro, último dia de validade.

A MP 735/2016 altera a Lei 12.783/2013 e autoriza a União a transferir por até 30 anos o controle, direto ou indireto, de uma empresa de energia elétrica a um consórcio privado vencedor de licitação. A empresa pode ser geradora, transmissora ou distribuidora.

A medida determina que, a partir de 2017, caberá à

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a responsabilidade de gerir a Reserva Global de Reversão (RGR), que financia a universalização do acesso à energia.

### Auxílio-doença

Ficou para terça-feira a análise do parecer sobre a MP 739/2016, que determinou a revisão dos auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. O presidente da comissão mista encarregada do tema, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), concedeu vista coletiva do texto.

A MP estabelece, entre outras regras, que o aposentado por invalidez ou beneficiário do auxílio-doença pode ser convocado a qualquer momento para a realização de perícia médica.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CRA Censo Agropecuário 2017

8h A comissão realiza audiência pública interativa com a participação do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paulo Rabello de Castro, para discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário 2017.

### CDH Empoderamento de meninas

9h A comissão faz audiência sobre o empoderamento de meninas, em parceria com o Pauta Feminina, da Procuradoria da Mulher.

### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão para discursos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Congresso mantém cinco vetos presidenciais

Destaques relacionados a dois vetos deixaram de ser votados devido à falta de quorum na madrugada. Crédito para o Fies também teve que ser adiado

O CONGRESSO CONCLUIU na madrugada de hoje a votação de cinco dos sete vetos parciais da Presidência da República que estavam na pauta. Os destaques, apresentados pela oposição, foram rejeitados, causando a manutenção dos vetos. A sessão foi iniciada por volta das 21h30 e só foi concluída perto das 3h. Com a queda do número de deputados, não foram votados os destaques do Veto 35, relativo a remuneração de servidores, e do Veto 36, referente ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico.

## Créditos para o Fies

O projeto que concede crédito para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) era um dos itens na pauta (PLN 8/2016), mas também não foi votado. O presidente do Senado, Renan Calheiros, sinalizou que vai convocar uma nova sessão do Congres-



Renan reconheceu a legitimidade da obstrução feita pela oposição, mas criticou o uso desse recurso na análise dos vetos

so, opinando que a concessão de créditos para o Fies deveria ser feita por medida provisória. Renan reconheceu a legitimidade da obstrução feita várias vezes na sessão pela oposição, mas criticou esse recurso na análise dos vetos.

O Veto 30 impede o aumento do limite de participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras. A lei vetada é fruto de uma medida provisória que elevava esse limite de 20% para 49% do capital com direito a voto. Na Câmara, esse percentual foi elevado para 100% — um dos pontos vetados por Temer. O PT queria votar separadamente as partes que tratam dos

recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil e de critérios para concessão e autorização dos serviços aéreos públicos.

O Congresso também decidiu manter o Veto 31, que impede reajustes retroativos ao início do ano para servidores da Câmara dos Deputados. Os aumentos valerão a partir de julho, data de publicação da lei. No destaque rejeitado, o PT queria fazer prevalecer os efeitos financeiros retroativos.

O Veto 32 atingiu lei que busca recompor os vencimentos de várias carreiras do Executivo. Foi vetado artigo com critérios para a incorporação de uma gratificação às aposentadorias ou pensões

pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foi vetada também alteração na lei sobre a carreira de especialista em meio ambiente, que pertence ao Ibama e ao Instituto Chico Mendes. O trecho vetado estipulava que o ingresso na carreira exigiria diploma de graduação para os cargos de técnico ambiental e de técnico administrativo. O texto também exigia que os servidores já contratados obtivessem os diplomas em cinco anos. Pela escolaridade exigida e outras adicionais, os funcionários receberiam gratificação de qualificação. O PT queria votar separadamente a parte que trata dos

critérios para incorporação de gratificação para fiscais agropecuários.

O Veto 33 atingiu lei que trata do salário de diversas carreiras federais e criava a carreira de analista em defesa econômica e de analista administrativo para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Também foi vetado o artigo que impede servidores de agências reguladoras de exercer outra atividade que possa causar conflito de interesse. O PT queria destaque para a carreira das agências reguladoras.

O Veto 34 refere-se a projeto que reajusta os salários de várias categorias e disciplina o pagamento de honorários para os advogados da União. Foi vetado trecho que tratava de subsídio financeiro para auditores fiscais dos quadros em extinção da administração federal do ex-território de Rondônia. Foi vetado também o trecho que estabelecia mudança da escolaridade obrigatória para prestar concurso para carreiras no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e para o ingresso nos cargos de especialista e procurador no Banco Central.



José Múcio Monteiro concede entrevista após entregar relatório no Congresso

## TCU recomenda rejeição das contas de 2015 do governo Dilma

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o parecer sobre as contas de 2015 da então presidente da República, Dilma Rousseff. No documento do Tribunal de Contas da União (TCU), o relator do tema, ministro José Múcio Monteiro, recomendou que o Congresso rejeite as contas da ex-presidente.

Essa foi a segunda vez em que a ex-presidente teve as contas rejeitadas pelo TCU. Em 2014 a rejeição teve como base as pedaladas fiscais, operações de crédito com bancos públicos que depois motivaram a aprovação do impeachment de Dilma.

O relatório entregue ontem ao Senado pelo presidente do TCU, ministro Aroldo Cedraz, e por José Múcio, apontou dez

irregularidades. Entre elas, a omissão de recursos devidos pela União ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ao longo de 2015.

O TCU apontou que o governo Dilma voltou a usar recursos do Banco do Brasil para pagar despesas do Plano Safra, além de ter aumentado despesas quando já se tinha conhecimento de que era necessário cortar gastos.

A prestação anual de contas dos governos é obrigatória para todos os gestores. O parecer de José Múcio foi aprovado por unanimidade pelo TCU. (Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Indicados mais nomes para fiscalizar obras inacabadas

As bancadas dos partidos indicaram ontem mais nomes para a Comissão Especial de Obras Inacabadas. A criação da comissão foi aprovada em 16 de agosto para acompanhar e fiscalizar as obras paralisadas. E aguarda a escolha dos integrantes para começar a funcionar.

O colegiado terá nove senadores titulares e nove suplentes. Como titulares, foram indi-

cados pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Humberto Costa (PT-PE) e Telmário Mota (PDT-RR). O PMDB indicou Hélio José (PMDB-DF). Ataídes Oliveira (PSDB-TO) foi indicado pelo Bloco Social Democracia e Elmano Férrer (PTB-PI), pelo Bloco Moderador. Já o Bloco Democracia Progressista escolheu Roberto Muniz (PP-BA).

Ainda restam ser preenchidas duas vagas: a segunda a que tem direito o Bloco Social Democrata e a vaga do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.

Segundo Ataídes, autor do pedido de criação da comissão, o Brasil tem 22 mil obras públicas paralisadas. O governo, porém, já teria autorizado o reinício de 1.519 delas.

## De acordo com Paim, é erro limitar gastos públicos por 20 anos

Paulo Paim (PT-RS) criticou a proposta de emenda constitucional que limita por 20 anos os gastos públicos por considerá-la um “desmonte do Estado brasileiro”. O senador afirmou que a PEC 241/2016 acaba com a proteção social e fere acordos internacionais para manter a política de combate à pobreza e à violência.

— Sem investir, a economia para e aí, sim, vocês verão o que é o desemprego, que continua aumentando.

Se a proposta já estivesse em vigor há dez anos, disse o senador, o salário mínimo hoje não seria de R\$ 880, mas de R\$ 550.

## Vanessa: PEC ataca direitos garantidos pela Constituição de 88

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o que chamou de ataque constante aos direitos sociais e trabalhistas consagrados pela Constituição de 1988. Como exemplo, ela apontou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que tramita na Câmara e tem objetivo de estabelecer um teto para os gastos públicos. Segundo a senadora, o texto vai congelar os investimentos públicos por 20 anos.

Se a PEC tivesse sido aprovada em 2002 abrangendo a educação, disse, o orçamento do setor, hoje de R\$ 103 bilhões, seria de R\$ 31 bilhões.

Ela criticou que a proposta limitaria só os gastos sociais, enquanto os gastos financeiros, com os serviços da dívida, permaneceriam intactos.

## Propaganda tem mensagem subliminar contra PT, diz Lindbergh

Líder da Oposição no Senado, Lindbergh Farias (PT-RJ) anunciou que o PT vai entrar com representação no Ministério Público Federal contra propaganda oficial a ser divulgada pelo governo federal com a frase “Vamos tirar o Brasil do vermelho para voltar a crescer”.

Lindbergh, que também divulgou nota sobre o assunto, afirmou que a propaganda tem mensagem subliminar contra o PT e as forças de esquerda.

O anúncio, disse, traz dados incorretos sobre a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff.

Veja a nota de Lindbergh Farias: <http://bit.ly/notalindbergh>

# Taxação extra de inativos é apontada como solução para dívidas estaduais

Em audiência, economista afirmou que o déficit previdenciário é o principal problema dos estados e defendeu uma contribuição adicional

O ECONOMISTA RAUL Velloso, um dos mais reconhecidos especialistas em contas públicas do país, defende a instituição de uma contribuição adicional, a ser paga pelos servidores inativos, como solução para reequilibrar as contas dos estados. Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem, ele afirmou que União e grandes municípios também se deparam com déficits previdenciários crescentes. A seu ver, esse é o principal problema fiscal e financeiro dos entes federativos:

— Esse é o drama que deve ser enfrentado, ou não vamos sair da atual encrência fiscal.

O debate foi requerido pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE) para discutir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 54/2016, que estabelece um plano de auxílio aos estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao equilíbrio fiscal. A questão previdenciária, no entanto, acabou dominando as discussões. Antes de Velloso, o ex-secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Julio Bueno, hoje assessor especial do governo, apontou o gasto com inativos como causa maior do desequilíbrio orçamentário do estado:

— Os estados que estão quebrados têm o mesmo problema: a previdência pública.

## Gasto crescente

No Rio de Janeiro, que tem despesa projetada em R\$ 65 bilhões para 2016, R\$ 42 bilhões serão gastos com pessoal, sendo R\$ 24 bilhões destinados à



Debate para discutir projeto que estabelece um plano de auxílio aos estados foi dominado pela questão previdenciária

folha de ativos e R\$ 18 bilhões de inativos. Velloso citou a situação orçamentária do próprio Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com base nos orçamentos executados em 2015: nos três estados, as despesas com inativos, em média, corresponderam a 32,2% sobre a receita corrente líquida (RCL), ante 17% com educação e 10% com saúde. Com a tendência de crescimento dos gastos com inativos, a expectativa é que o problema se agrave.

Mesmo dizendo apoiar a adoção de teto para os gastos públicos, como deseja o governo por meio de proposta apresentada ao Congresso, Velloso citou como mais relevante o equacionamento da questão previdenciária para reequilibrar o déficit público. Além da contribuição adicional a inativos, ele sugeriu medidas para “ancorar” os regimes, ou seja, aportar recursos de alienação de ativos sem uso (como imóveis) e de recebíveis da dívida ativa. Essas medidas devem se associar a reformas na regra

previdenciária, avaliou.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, concordou com a necessidade de revisão do regime previdenciário. No caso dos inativos, ela observou que os governos sacam recursos cada vez maiores dos impostos para cobrir déficits. Os desequilíbrios nos regimes dos estados custam ao ano R\$ 77 bilhões, informou.

## Renegociação

O governador do Piauí (e ex-senador) Wellington Dias afirmou que, mesmo após três renegociações, os estados ainda não conseguiram uma solução definitiva para o endividamento com a União. Ele salientou que todos os governadores são favoráveis ao alongamento das dívidas na forma do PLC 54/2016, já aprovado na Câmara. O projeto alonga o prazo de pagamento para 20 anos, sob a condição de os estados se comprometerem com medidas de restrição fiscal. A assinatura dos aditivos dependeria também da de-

sistência das ações judiciais contra a União sobre as taxas de juros aplicáveis, assunto questionado por vários estados no Supremo Tribunal Federal.

Outra medida citada como saída para recompor os caixas estaduais envolve a repatriação de recursos do exterior, que seriam compartilhados pela União com os estados. A partir da aprovação de projeto que muda a Lei de Repatriação, essa transferência federal representaria cerca de R\$ 1,2 bilhão.

Ana Paula Vescovi, ao final, salientou que só poderão se habilitar à repactuação da dívida os estados com capacidade de endividamento. Armando Monteiro, que é o relator do PLC 54/2016, lamentou alterações feitas pela Câmara no texto, com exclusão de controles estruturais de gastos que avaliou como necessários. Apesar de se declarar insatisfeito com as alterações, ele disse que não vai mudar o texto vindo da Câmara, diante das expectativas dos governos estaduais pela rápida aprovação do PLC.

## Lídice cita importância dos exames de detecção precoce

Lídice da Mata (PSB-BA) citou o início da campanha Outubro Rosa e informou que



Valdemir Bonetto/Agência Senado

a Bahia bateu um recorde no número de mamografias realizadas num único mês: 20 mil exames. A senadora reforçou a importância do diagnóstico precoce e a necessidade das mamografias.

— Esse câncer é curável. Mulheres com câncer de mama já têm acesso à cirurgia de recuperação da mama e, portanto, a uma vida muito próxima do normal.

Lídice também lembrou o centenário de nascimento de Ulysses Guimarães, celebrado em 6 de outubro.

## Para Ana Amélia, SUS não deve limitar idade para mamografia

Ana Amélia (PP-RS) pediu a aprovação do PDS 2/2014, que suspende a portaria do Ministério da Saúde que prioriza mulheres de 50 a 69 anos no exame de mamografia.

— Mulheres cada vez mais jovens estão tendo que se submeter à mastectomia. Não é possível que se faça a mamografia só após os 50, mas sim o quanto antes. Com o exame, temos a possibilidade de curar muitas mulheres.

Ela comemorou o fato de a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara ter aprovado ontem o projeto apresentado por ela que garante o acesso de mulheres com deficiência a equipamentos adequados no SUS para diagnosticar e tratar o câncer.

# Relator faz nova mudança e votação de texto que legaliza cassino é adiada

## AGENDA BRASIL

Foi adiada a votação do projeto de lei que legaliza os jogos de azar. O relator do projeto na Comissão de Desenvolvimento Nacional, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), fez novas modificações no projeto e foi concedida vista coletiva para que os senadores analisassem as mudanças. A votação do substitutivo de Bezerra foi marcada para o dia 19.

O PLS 186/2014 faz parte da Agenda Brasil, pauta selecionada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país. Do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o projeto legaliza cassinos, bingos, jogo do bicho e apostas eletrônicas.

Entre as novas emendas

aceitas pelo relator, está a que obriga estabelecimentos que explorem jogos de azar a manter em arquivo os registros de controle de apostas e de câmeras de segurança por cinco anos. O objetivo é garantir o acesso de autoridades fiscalizadoras a esse material em possíveis investigações.

Também fica proibida a exploração do jogo por políticos com mandatos eletivos e seus parentes.

O relator alterou a quantidade mínima de habitantes para que um município possa ter casas de bingo. O limite, segundo o relatório anterior, seria de 250 mil habitantes. Pelo novo texto, essas casas poderão ser abertas em municípios que tenham a partir de 200 mil habitantes.

Outra mudança é na quantidade de casas para municípios maiores. Pela proposta anterior,

seria concedida uma outorga a cada 500 mil habitantes. Esse número agora será de uma outorga para cada 200 mil.

A mesma emenda que muda a quantidade mínima de habitantes estabelece que nas regiões metropolitanas será considerado o número de habitantes da região, com a exploração do jogo podendo ser em qualquer município.

## Monopólio

O projeto também estabelece que nenhum grupo econômico poderá concentrar mais de 10% do total de outorgas concedidas para bingos no território nacional.

O autor do projeto sugeriu que fosse retirada do texto a proibição de que funcionários da Caixa participem dos jogos de azar. O relator disse que aceitará a emenda.

O projeto define os critérios para autorização dos jogos de azar, as exigências para os sócios e as regras para a distribuição de prêmios e a arrecadação dos tributos.

O projeto também trata das loterias federal e estaduais e do *sweepstake* (tipo de loteria relacionada com corrida de cavalos).

De acordo com o projeto, a autorização para explorar os jogos de azar compete exclusivamente à União. Caberá à Caixa, na qualidade de agente operador, a administração das contas das empresas e o apoio a ações de fiscalização dos jogos.

O processo para a concessão da exploração da atividade será sempre precedido de licitação. A concessão terá a duração de até 25 anos, dependendo da modalidade, e poderá ser renovada.

## Cassol defende liberação da “pílula do câncer”

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu a liberação do uso da fosfoetanolamina sintética, a



Valdemir Bonetto/Agência Senado

“pílula do câncer”. Em abril, o projeto com a liberação foi aprovado pelo Congresso e a lei foi sancionada, mas a Associação Médica Brasileira pediu ao STF a suspensão da lei, alegando que o uso da droga, além de não ter eficácia comprovada, pode prejudicar os pacientes ao comprometer o tratamento convencional do câncer. Cassol citou uma pesquisa que, segundo ele, garante a eficácia da substância.

— Só quem tem alguém doente na família sabe o valor dos tratamentos alternativos.

PEC passou pela 5ª sessão de discussão e vai a votação em 9 de novembro. Tema será a prioridade do Congresso, disseram ontem os presidentes do Senado e da Câmara

# Reforma política já pode ser votada em 1º turno

PASSOU PELA QUINTA sessão de discussão no Senado, ontem, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforça a exigência de fidelidade partidária de políticos eleitos e extingue as coligações nas eleições proporcionais, além de estabelecer cláusula de barreira para os partidos políticos.

Por acordo de líderes, a proposta (PEC 36/2016) está sendo discutida em conjunto com a PEC 113-A/2015, que também trata de questões relacionadas ao sistema político e eleitoral. Agora as duas aguardam inclusão na ordem do dia para votação pelo Plenário em primeiro turno, o que deve ocorrer em 9 de novembro.

A PEC 36/2016 é de iniciativa de Aécio Neves (PSDB-MG) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que sustentam ser necessária a revisão das regras eleitorais. Segundo os senadores, mexer nesses pontos pode corrigir distorções do atual sistema. Já a PEC 113-A/2015 é de iniciativa da Câmara dos Deputados. Após a votação em primeiro turno, as duas propostas terão de passar por mais três sessões de discussão para votação em segundo turno.

## Reunião

A decisão de votar a PEC no dia 9 de novembro foi anunciada ontem após reunião dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Rodrigo Maia, com líderes partidários. Segundo eles, mudanças nos sistemas eleitoral e político serão prioridade do Parla-



Reunidos com líderes partidários, Renan e Maia definiram pontos que devem ser votados neste ano e firmaram compromisso de dar continuidade às propostas

mento após o segundo turno das eleições municipais. Para isso, há o compromisso das duas Casas de dar continuidade às propostas que forem aprovadas em cada uma delas.

— Ou mudamos o sistema eleitoral brasileiro, ou vamos para um suicídio coletivo. Muita gente que detém mandato entende que em time que está ganhando não se mexe. Isso não é verdadeiro, pois estamos perdendo. Vamos votar o fim da coligação proporcional em novembro e a Câmara vai votar matérias da reforma política por projeto de lei. Agora uma Casa tem o compromisso de votar a proposta votada pela outra — explicou Renan.

O presidente do Senado garantiu que, se necessário, manterá o Congresso em fun-

cionamento no fim do ano até concluir os trabalhos:

— É importante que tenhamos prazo e esforço coletivo e deixemos claro que vamos fazer a reforma política até o fim do ano, haja o que houver.

## Fundo eleitoral

Renan e Maia defenderam a definição de novas regras para o financiamento de campanha. Para Renan, a doação privada dificilmente voltará, por isso é preciso adotar regras mais claras sobre doações de pessoas físicas e do setor público. Ele não descartou a criação de um fundo eleitoral. Para Maia, não há espaço para o ressurgimento de financiamento de pessoa jurídica e é preciso pensar em um modelo que possa se adequar a essa nova realidade.

O que foi feito em 2016 foi um arranjo de última hora, disse.

Em Plenário, vários senadores elogiaram a iniciativa de Renan de fazer a reunião entre as duas Casas para discutir os pontos que poderão ser votados neste ano. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Waldemir Moka (PMDB-MS) destacaram que é importante envolver a Câmara, para não haver risco de os projetos serem barrados por falta de acordo. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou em “esgotamento” do sistema político-eleitoral e ressaltou a importância do diálogo.

Renan criticou a “inflação” de siglas do cenário partidário brasileiro, com 35 legendas, e disse que as regras atuais tornam impossível a qualquer governo transmitir estabi-

lidade. Para Simone Tebet (PMDB-MS), resolver esse problema seria a decisão mais importante para a democracia nacional nos últimos anos.

Renan defendeu que o Congresso discuta a mudança do sistema de governo — do presidencialismo para o parlamentarismo. Rose de Freitas (PMDB-ES) concordou, afirmando que o presidencialismo “se esgotou”. Para Hélio José (PMDB-DF), o modelo apresenta “sinais de fadiga”.

Raimundo Lira (PMDB-PB) defendeu o fim da reeleição para o Executivo. Moka e Hélio José criticaram a possibilidade de candidatos com poucos votos acabarem eleitos em detrimento de rivais mais bem votados, dependendo dos quocientes eleitorais.

## Lasier defende criação da federação de partidos políticos

O processo de reforma política está começando mais cedo do que se imaginava, disse Lasier Martins (PDT-RS) em Plenário, ao comentar a reunião dos presidentes do Senado e da Câmara com líderes dos partidos e parlamentares, ontem, para definir os pontos que devem ser votados.

Para o senador, a reforma terá prioridade por exigência da população, como demonstram os altos índices de abstenção e de votos nulos e brancos das últimas eleições. Ele defendeu a criação da federação de partidos, prevista na reforma:

— Os partidos que têm afinidade ideológica se integrarão numa federação e poderão enfrentar as eleições sem se descaracterizar e sem extinguir os seus partidos de origem.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Paulo Bauer ressalta resultados positivos do PSDB nas eleições

Paulo Bauer (PSDB-SC) ressaltou os resultados expressivos obtidos pelos tucanos nas eleições municipais e disse esperar que os novos representantes eleitos contribuam para varrer do país a corrupção, a ineficiência, a mentira e a politicagem.

O senador comemorou a eleição tranquila em Santa Catarina e chamou a atenção para a importância das novas regras eleitorais. Para ele, o fim do financiamento empresarial permitiu que os candidatos se aproximassem mais dos eleitores.

— Os novos prefeitos vão trabalhar com dedicação, os novos vereadores vão se empenhar para fazermos a nova política, a política decente, voltada para o povo, honesta.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Reguffe: urnas indicam que Brasil precisa de mudanças profundas

As urnas refletem a revolta do povo e o descrédito da classe política, disse Reguffe (sem partido-DF) ao comentar o resultado das eleições. Para o senador, a situação exige reformas profundas e urgentes. Entre as propostas de autoria dele, está a emenda constitucional que põe fim à reeleição em cargos executivos e proíbe os membros do Legislativo de se reelegerem mais de uma vez.

Reguffe defendeu o fim do voto obrigatório, a adoção do voto distrital e a perda de mandato do parlamentar que assumir cargos no Executivo.

— Um sistema que incentiva a pessoa de bem a não entrar na política não pode ser bom. Precisamos incentivar o cidadão comum a entrar na política.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Para Elmano, eleições refletiram desencanto do eleitorado do país

Para Elmano Férrer (PTB-PI), o alto índice de abstenção e de votos brancos e nulos nas eleições municipais foi uma resposta do eleitor ao modelo de política no Brasil. Na avaliação do senador, as manifestações de insatisfação começaram a ficar mais evidentes em 2013, com a população indo às ruas para pedir mudanças. Uma reforma é mais do que urgente, defendeu:

— Uma reforma que resgate a confiança do povo brasileiro. Uma reforma que afaste o discurso do ódio ou da antipolítica.

Elmano propôs a votação urgente da PEC da reforma política (PEC 36/2016). A votação em primeiro turno está prevista para 9 de novembro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Bezerra afirma que denúncia contra ele é fantasiosa

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) disse que a denúncia feita contra ele no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Procuradoria-Geral da República baseia-se apenas em interpretações fantasiosas a partir do que disseram colaboradores da Operação Lava Jato.

Os delatores acusam o senador de ter pedido e recebido dinheiro indevido para a campanha de Eduardo Campos à reeleição para o governo de Pernambuco em 2010.

Segundo Bezerra, a análise das contas bancárias e do patrimônio dele prova que agiu de acordo com a lei.

— Nunca fiz qualquer solicitação indevida para a campanha de Eduardo Campos ao governo estadual em 2010. Se nunca solicitei, tampouco recebi qualquer vantagem indevida.

# Aéreas apontam entraves a aviação regional

Gol, Azul, Latam, Avianca e Passaredo disseram que, apesar do crescimento no Norte e Centro-Oeste, setor sofre com regras não adaptadas à realidade local e querose caro

**DEFICIÊNCIAS NA INFRA-ESTRUTURA** dos aeroportos, exigências como as da aviação internacional e questões econômicas, como guerra fiscal e impostos que afetam o preço do combustível, são alguns entraves à aviação regional, segundo participantes do debate de ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Os representantes do setor apresentaram impressões para abalizar o relatório da CDR sobre o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), política pública avaliada pela comissão em 2016. O PDAR foi criado em 2015 (Lei 13.097) para estimular a operação de empresas em voos de menor escala e longe dos grandes centros urbanos.

A diretora de Relações Institucionais da Azul, Patrícia Xavier, disse que, para desenvolver uma rota, é preciso submeter aeroportos locais aos requisitos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que são as mesmas da aviação internacional, e não foram adaptados às realidades regionais.

Ela citou as normas para a



Audiência debateu relatório, de Wellington Fagundes (2º à esq.), sobre Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional

resistência da pista de pouso dos aeródromos e a exigência de caminhões de bombeiros, com máquinas caras, em localidades que nem têm corpo de bombeiro. Só a manutenção desses servidores consumiria grande parte do orçamento da prefeitura, disse. A diretora afirmou que o descredenciamento de aeroportos por falhas nas exigências afeta toda a construção da malha aérea.

— Existem regras que podem ser adaptadas ao mercado brasileiro, mas ainda garantindo segurança — disse Patrícia.

A questão econômica também tem impacto, segundo os debatedores. A guerra fiscal e a

cobrança de alíquotas diferentes do ICMS em cada estado, afirmaram, podem trazer distorções que afetam o preço da operação. No Sudeste, o valor do litro de combustível gira em torno de R\$ 3, enquanto em Mato Grosso ou na região amazônica atinge quase R\$ 7.

## Novos mercados

Segundo o presidente da Passaredo, José Luiz Felício Filho, a questão é tão relevante que se chega a diminuir o número de passagens vendidas para determinado voo para evitar o reabastecimento em localidades onde o querose é mais caro, o que afeta a

viabilidade da oferta de voo.

O presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras, Walter Bartels, ressaltou que o mercado da aviação regional tem potencial, já que está havendo crescimento do mercado no Norte e Centro-Oeste, muito mais do que no Sul e Sudeste, onde se concentra o fluxo de voos.

Questionados pelo relator da política pública, senador Wellington Fagundes (PR-MT), sobre a continuidade da operação nos aeroportos regionais após o fim da subvenção econômica prevista na lei, todos os representantes das companhias aéreas afirmaram

que uma rota só se sustenta se for viável economicamente. A subvenção, ressaltaram, é importante para criar uma “cultura de uso” do avião na localidade e para desenvolver a rota, mostrar que é possível.

— O subsídio ajuda para que as empresas entrem nessas regiões e vejam que mercado é esse — afirmou Renata Lourenço, advogada da Avianca.

Diretor-executivo de Relações Institucionais e Comunicação Corporativa da Gol, Alberto Fajerman sugeriu a separação entre aeroportos regionais e os que as autoridades gostariam que houvesse oferta de voo, nomeados por ele de “subregionais” e que deveriam receber mais incentivos.

— Para esses, deve haver uma legislação diferente que a do resto do país — sugeriu.

A gerente de Assuntos Regulatórios da Latam, Tatiane Viana, sugeriu que o transporte de cargas seja incluído no PDAR, com subsídio das tarifas para armazenagem e movimentação nos portos.

— O transporte de carga é elemento-chave para diminuir o custo das operações.

## Marta: mudança no Supersimples vai estimular empregos

Marta Suplicy (PMDB-SP) comemorou a aprovação, na Câmara, das reformas do Supersimples



Waldemir Barreto/Agência Senado

nacional, que incluem a ampliação dos limites para adesão ao programa. Ela espera que a medida estimule a regularização de pequenas empresas e aumente a receita tributária.

— É disso que nós precisamos: de mais vigor, de mais emprego e de menos impostos.

A senadora também elogiou a aprovação da lei que permite aos salões de beleza contratar profissionais em sistema de parceria. A nova lei, disse, pode trazer 1 milhão de trabalhadores para o mercado formal.

## Pimentel destaca papel dos pequenos negócios na economia

José Pimentel (PT-CE) destacou ontem o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa e o papel dos pequenos negócios, responsáveis por 52% dos empregos com carteira assinada no país.

Ele pediu medidas para fortalecer as 11,3 milhões de micros e pequenas empresas. E frisou a importância do Simples para que elas permaneçam no mercado formal.

— Nos dez anos de existência do Simples Nacional, as micros e pequenas geraram 12,1 milhões de empregos a mais, enquanto as empresas fora do Simples tiveram diminuição de 194 mil empregos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Ângela pede a Temer retomada das obras do Linhão de Tucuruí

Ângela Portela (PT-RR) defendeu a retomada da obra do Linhão de Tucuruí, que conectará Roraima com o Sistema Interligado de Energia Elétrica.

Ela tratou do assunto com Michel Temer, a governadora Suely Campos e parlamentares do estado. E pediu apoio para destravar o projeto, que enfrenta problemas por parte do linhão passar em terra indígena.

— Apagões constantes, tarifas elevadas, dependência de termelétrica e de energia da Venezuela são problemas que enfrentamos. Em poucas palavras: temos energia cara e ruim — disse a senadora.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## José Medeiros elogia Programa Criança Feliz, do governo

José Medeiros (PSD-MT) elogiou o Programa Criança Feliz, lançado ontem pelo governo federal para garantir assistência às famílias com filhos de até 6 anos.

Ele explicou que o projeto prevê a visita periódica às famílias para garantir não apenas condições de sobrevivência, mas também o pleno desenvolvimento infantil. E que seguirá os eixos do Marco Legal da Primeira Infância, aprovado este ano pelo Senado.

— É uma medida com metas tão ambiciosas quanto factíveis e com uma programação orçamentária de crescimento gradual e seguro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Amorim lembra os 28 anos da Constituição Cidadã

Eduardo Amorim (PSC-SE) saudou os 28 anos da Constituição, lembrando que a Carta de 88 garantiu direitos como a igualdade de gênero, criminalização do racismo e direitos sociais, como educação, saúde e trabalho para todos.

Amorim disse que as eleições mostraram o quanto a população está descontente com os políticos porque eles não promovem as conquistas asseguradas pela Constituição.

— Infelizmente ainda convivemos com muitas mazelas, embora tenhamos garantidos na nossa Constituição Cidadã muitos direitos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Diretor-adjunto:** Sílvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão  
**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Projeto determina mais acessibilidade em voos

Facilitar o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no transporte aéreo é o objetivo de proposta aprovada ontem em comissão

CONCESSIONÁRIAS DE AEROPORTOS podem ser obrigadas a manter rampas e equipamentos para facilitar embarque e desembarque de pessoas com mobilidade reduzida nos aviões, determina substitutivo a projeto de lei do Senado aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta (PLS 219/2015) estabelece que as empresas aéreas ficarão proibidas de limitar o número de passagens, por voo, destinadas a pessoas com mobilidade reduzida. A exceção é para casos onde a limitação seja necessária para atender requisitos da segurança do voo. O texto assegura o direito a prioridade no embarque e desembarque, como já é garantido às pessoas com deficiência pela Lei 13.146/2015.

As medidas para melhorar o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida ao transporte aéreo foram propostas por Romário (PSB-RJ). Com o projeto, o senador



O autor da proposta, Romário, e o relator substituto, Sérgio Petecão, que acatou sugestões de mudanças no texto original

quer acabar com constrangimentos enfrentados por essa população quando tenta usar o transporte aéreo. Ele diz que companhias aéreas limitam o número de passagens vendidas aos cadeirantes, os quais, quando conseguem adquirir

os bilhetes, com frequência precisam ser carregados para acessar as aeronaves.

## Substitutivo

O texto original foi modificado pelo relator na CDH, Valdir Raupp (PMDB-RO), e

pelo relator ad hoc (substituto), Sérgio Petecão (PSD-AC), com base em sugestões de Hélio José (PMDB-DF). Romário atribuiu a cada empresa aérea a responsabilidade por manter equipamentos para o embarque de pessoas com

mobilidade reduzida nas aeronaves. Para os relatores, a norma seria de difícil logística e implicaria aumento de custos e consequente elevação do preço dos bilhetes. Assim, eles delegaram às operadoras dos aeroportos a adoção das medidas, para que sirvam ao conjunto das aeronaves.

Os relatores modificaram penalidade sugerida por Romário pelo descumprimento das medidas previstas no projeto. No substitutivo, o desrespeito ao direito de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, por parte do operador aeroportuário, será incluído nos casos previstos no Código Brasileiro da Aeronáutica que resultam na aplicação de multa ou na suspensão de concessão.

O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá decisão final — se aprovado, poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação pelo Plenário do Senado.

## Reformas previdenciária e trabalhista terão debates

Por sugestão de Paulo Paim (PT-RS), a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promoverá debates sobre as reformas trabalhista e previdenciária. Requerimentos com esses objetivos foram aprovados ontem.

— Estão sendo anunciadas pelo governo federal alterações na nossa Previdência, de regras de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição até a mudança no Ministério da Previdência, que foi para o Ministério da Fazenda. É o momento adequado para chamar o governo e chamar as entidades para debatermos esse tema, numa data a ser ajustada — defendeu o senador.

Paim disse que estão em tramitação 65 projetos que alteram a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras normas sobre direito dos trabalhadores.

— Temos muita preocupação com o chamado trabalho-hora, onde o trabalhador receberia pelas horas trabalhadas, com o negociado [prevalecendo] sobre o legislado e com a terceirização. São apenas três projetos que eu destaco, mas o objetivo é debater a reforma trabalhista — disse.

Também por sugestão de Paim, a CDH promoverá audiências sobre os direitos fundamentais (como os sociais, os de associação e os políticos) previstos na Constituição, que

completa neste mês 28 anos de promulgação.

— Alguns dos direitos fundamentais estão em cheque e, por isso, é necessário que façamos esse debate — justificou o senador.

## Violência

Preocupados com o crescimento do número de assassinatos no país, os senadores da comissão aprovaram debates com especialistas sobre medidas para conter a violência nas cidades brasileiras. Em uma das audiências, o colegiado vai tratar da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais.

— É alarmante o número de homens e mulheres que, pela sua orientação sexual, são assassinados no país. É a pedido desse setor da sociedade que faremos esse debate na comissão — explicou Paim, que preside a CDH.

A comissão também quer discutir dados de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), feita em 2014, que mostra que os homicídios no Brasil representam 10% dos casos registrados em todo o mundo.

— Para Helder Ferreira, coordenador de Estudos e Políticas de Estado e Instituições do Ipea, o Brasil já tem um número alto de homicídios há muitos anos, o que nos coloca entre os países com maior número de homicídios

— frisou o senador.

Dois requerimentos apresentados por Regina Sousa (PT-PI) foram aprovados, sendo o primeiro deles para tratar do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, região formado por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A senadora sugere que sejam convidados, entre outros, o ministro da Agricultura e senador licenciado Blairo Maggi (PP-MT); o procurador do Ministério Público Federal Felício Pontes Júnior; o líder indígena do povo krahô-kanela, Wagner Katamy Krahô, e a representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Isolete Wichinieski.

— Esses quatro estados têm ainda uma grande reserva de Cerrado e temos recebido demanda para discutir esse plano. Não somos contra o projeto, mas precisamos evitar implicações negativas nessa região, onde temos muitas nascentes, assentamentos, populações quilombolas e comunidades indígenas — observou Regina.

Ela sugeriu a realização de debate sobre o PLS 229/2016, que determina consulta prévia às comunidades indígenas sobre a outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes solar e eólica e sobre a transmissão de energia elétrica passando por terras indígenas.

## Divergência adia votação de texto sobre identificação de cadáveres

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu ontem adiar a votação de projeto que obriga a identificação de cadáveres por meio de perícia nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental ou no caso de morte natural, quando não for comprovada ou for duvidosa a identidade do morto (PLS 302/2014). O adiamento foi motivado por discordância da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) em relação ao parecer do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pela rejeição do texto.

De autoria do ex-senador Jayme Campos, o projeto torna obrigatórios os laudos periciais. Ele argumenta que, como hoje não há essa obrigatoriedade, deve-se exumar o cadáver caso não tenha sido identificado ou se houver dúvida quanto à identificação.

No relatório, Flexa não considerou conveniente a aprovação do projeto. Para ele, a exigência

do laudo pericial é um exagero, já que o morto pode ser reconhecido pela identidade civil ou pelo reconhecimento testemunhal. O senador considerou que a demora na perícia e na elaboração do laudo acarreta desgaste emocional para as famílias.

Após a leitura do relatório por Ana Amélia (PP-RS), constituída senadora ad hoc (substituta), Lídice propôs que fosse feita audiência pública para debatê-lo melhor. Milhares de pessoas ainda são enterradas como não identificadas, disse. Ela e Paulo Rocha (PT-PA) solicitaram vista coletiva.

A CAS aprovou requerimento de Ana Amélia para audiência sobre duas leis relacionadas ao câncer de mama: a que assegura o início do tratamento em no máximo 60 dias pelo SUS (Lei 12.732/2012) e a que determina reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da mastectomia (Lei 12.802/2013).



Projeto foi discutido na reunião de ontem, presidida por Edison Lobão (C)

# Justiça lenta é maior desafio, dizem advogados

Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem os indicados pelo Senado para ocupar as duas vagas no Conselho Nacional de Justiça

OS INDICADOS PARA as duas vagas reservadas ao Senado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foram aprovados ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O advogado Henrique Ávila recebeu 15 votos favoráveis e 2 contrários; o servidor do Senado e advogado Octavio Orzari obteve 11 votos a favor e 3 contrários. As indicações serão submetidas ao Plenário.

Durante a sabatina, Ávila apontou o que considera contradição do Judiciário brasileiro, “um dos mais lentos do mundo”, apesar dos juízes estarem entre os mais produtivos, com média de 1.616 processos julgados por ano. Comparou com a Itália, onde cada juiz julga 959 processos por ano; a Espanha, com 689 processos; e Portugal, com 397.

O combate à morosidade,



O senador José Maranhão (C) conduz sabatina de Octavio Orzari e Henrique Ávila na Comissão de Constituição e Justiça

a seu ver, deve permanecer como prioridade do CNJ. E a superação desse entrave não passa necessariamente pelo aumento de pessoal.

— Temos varas federais desnecessárias, que cuidam de 20, 30 causas, enquanto há varas previdenciárias com 10, 20 mil processos. O problema é gestão, racionalizar recursos.

O CNJ possui entre suas atribuições constitucionais averiguar a gestão administra-

tiva do Judiciário. Disse que o novo Código de Processo Civil proporciona mecanismos para agilizar os processos, como os estímulos à observância da jurisprudência e as regras relacionadas à mediação e à conciliação.

— Estamos falando de um Poder que consome anualmente R\$ 68 bilhões, o equivalente a 1,3% do PIB.

Em uma linha parecida, Orzari, o outro indicado, afir-

mou aos senadores que, caso seu nome seja aprovado, deve atuar no CNJ para dar “maior celeridade ao Judiciário na prestação de serviços, como cobra tanto a população”. Ele defendeu, entre outras ações, o estímulo a soluções extrajudiciais de litígios, além de mais atenção a juizados especiais e a centros judiciários de conciliação.

— Também pretendo incentivar os órgãos reguladores e as

empresas públicas a fazerem conciliações extrajudiciais. Isso vai desafogar muito o Judiciário — disse Orzari.

Outro desafio é implantar um sistema célere de audiências de custódia. Conforme decisão recente do STF, elas devem ocorrer em até 24 horas após a prisão, com as pessoas detidas sendo levadas à presença de um juiz. Orzari lembrou que o tema é prioridade do Senado, com o PLS 554/2011 na pauta do Plenário. Questionado por Ana Amélia (PP-RS) sobre os gastos com pessoal do Judiciário, ele disse que servidores e magistrados devem compreender as dificuldades nas contas públicas, no momento em que o Congresso começa a discutir a reforma da Previdência.

Defendeu ainda o incremento de parcerias entre o sistema carcerário e a iniciativa privada na implantação de programas visando a ressocialização dos presos, capacitação constante de servidores e juízes e implantação do processo judicial eletrônico em todo país.

## Validade de concurso público poderá aumentar se crise suspender nomeações

A ansiedade de quem passa em concurso público, mas enfrenta o drama da suspensão das nomeações e vê o prazo de validade da seleção se esgotar sem poder fazer nada, pode estar chegando ao fim. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 130/2015) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que suspende o prazo de validade de concurso público quando o governo, por restrições orçamentárias, interrompe as nomeações.

A proposta recebeu o aval do relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), e

elogios de Antonio Anastasia (PSDB-MG). Na justificativa da PEC 130/2015, Vanessa explicou que a medida pretende valorizar o esforço e o mérito dos candidatos aprovados em concurso público e que acabam sem nomeação por conta da validade do certame. O texto também estabelece a suspensão de novas seleções enquanto as contratações permanecerem “congeladas”. Apesar de considerar “bastante razoável” a suspensão de novos concursos e de nomeações em momentos de crise econômica, Vanessa chamou a atenção para os prejuízos financeiros que a administração pode enfrentar. “Finda a suspensão das nomeações ou realização de novos concursos, a administração consumirá outra parcela de seu orçamento na nova seleção”, argumentou a autora.

O relator concordou ser necessário reduzir gasto de tempo e de recursos públicos e, ainda, valorizar o empenho dos candidatos aprovados. Garibaldi observou que, normalmente, eles investem muito tempo e recursos financeiros próprios nessa preparação. Anastasia reforçou essa avaliação. Para ele, se as nomeações são suspensas, é justo que a validade do concurso também seja. Depois da CCJ, a PEC 130/2015 passará por dois turnos de discussão e votação no Plenário.

## Avança projeto que exige uso de linguagem simples em processos de juizados criminais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 21/2016, que altera a Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/1995) para reforçar que os processos criminais devem se orientar pelo critério da simplicidade. A proposta recebeu parecer favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS), e vai para o Plenário.

Segundo o autor do projeto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a lei foi omissa quanto ao critério da simplicidade no artigo 62, que trata das disposições gerais específicas para os juizados especiais criminais. A inserção desse princípio foi feita apenas no artigo 2º, que se refere às disposições gerais tanto para os juizados especiais

cíveis quanto para os criminais.

No artigo 2º, a lei diz que os processos devem se orientar pela simplicidade e por outros quatro critérios: oralidade, informalidade, economia processual e celeridade. A simplicidade pressupõe que os autos devem reunir materiais essenciais, adotando linguagem clara e acessível às partes.

Ana Amélia considerou oportuna a correção. Ela acredita que a inclusão do critério da simplicidade no rol expresso dos princípios que devem orientar a atuação dos juizados especiais criminais deve evitar qualquer “interpretação errônea” acerca dos princípios aplicáveis nesses órgãos.

Se o PLC 21/2016 for aprovado sem alteração, irá para sanção presidencial.



Vanessa acena na saída da CCJ, que aprovou sua PEC sobre contagem de prazo de concurso



Ana Amélia, relatora da proposta que trata da linguagem usada nos juizados especiais criminais

## Adiada votação de PEC que permite acúmulo de cargos por policiais militares

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) pediu ontem o adiamento da votação da Proposta de Emenda à Cons-

tituição (PEC) 141/2015, que autoriza o acúmulo de cargos nas áreas técnico-científica, de educação ou de saúde por policiais e bombeiros militares dos estados.

A PEC 141/2015, que deve voltar à pauta de votações da CCJ na próxima semana, recebeu parecer favorável do relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

A Constituição permite o acúmulo de cargos públicos pelos servidores civis desde que um deles seja de professor ou ligados à área técnico-científica ou de saúde. Essa

possibilidade não foi aberta para os militares, que, em caso de aprovação da PEC 141/2015, também precisarão comprovar a compatibilidade de horários para exercê-la.